



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 02 DE 36 DE Virmond DE 2016

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
Em 16/02/2015  
*[Signature]*  
1º Secretário

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Estadual para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 19, §3º, da Constituição Estadual, promulga as seguintes Emendas ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos VIII e IX do art. 5º, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5º .....

*VIII - firmar acordos e convênios com a União e demais unidades federadas, com os Municípios e com instituições nacionais e internacionais, para fins de cooperação econômica, cultural, artística, científica, tecnológica e da inovação;*

*IX - contrair empréstimos externos e internos, fazer operações e celebrar acordos externos visando ao seu desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovação, cultural e artístico, com prévia autorização legislativa;”*

Art. 2º O inciso IV do art. 6º, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º .....

*IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e à tecnologia e inovação;”*

Art. 3º Acrescenta o inciso XX ao art. 153 com a seguinte redação:

“Art. 153 .....

*XX - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação;”*

Art. 4º Acrescenta o §4º ao art. 158 com a seguinte redação:

*[Signature]*



“Art. 158 .....

§ 4º *As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.*

Art. 5º Altera a denominação do Capítulo IV do Título VI e altera a redação do caput do art. 167, e de seus §1º, 2º e 3º e do caput do art. 168 e seu parágrafo único.

**CAPÍTULO IV**  
**DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO**

Art. 167 - *O Estado, visando ao bem-estar da população, promoverá e incentivará o desenvolvimento e a capacitação científica, tecnológica e a inovação, com prioridade à pesquisa e à difusão do conhecimento tecno-científico.*

§ 1º - *A política científica, tecnológica e a inovação tomará como princípios o respeito à vida e à saúde humana, o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e a recuperação do meio ambiente, bem como o respeito aos valores culturais do povo.*

§ 2º - *A pesquisa e a capacitação científica, tecnológica e da inovação voltar-se-ão preponderantemente para o desenvolvimento social e econômico do Estado.*

§ 3º *A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia e inovação, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos, e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.*

Art. 168 *Para execução da política de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, o Estado destinará recursos ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, nos termos do art. 158.*

Parágrafo único - *Lei complementar criará organismo constituído por representantes do Governo, das instituições de ensino superior e demais setores com interesse na área, para formular a política e as diretrizes de ciência, tecnologia e da inovação do Estado e de aplicação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.*

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de Fevereiro de 2016.

**VIRMONDES CRUVINEL**  
Deputado Estadual – PSD



## JUSTIFICATIVA

Atentos às proposições que buscam melhores soluções na perseguição do bom comum, vimos no ano de 2015 a promulgação da Emenda Constitucional nº 85 de 26 de fevereiro deste mesmo ano, que introduziu no texto da constituição federal a inovação, visando atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia em diversos dispositivos.

Nesse contexto, é prioritária a retomada do ímpeto da pesquisa e da criação de soluções tecnológicas adequadas a nossos desafios econômicos e sociais. Não podemos ficar ultrapassados nessa concepção.

Demais disso, é crescente a importância da inovação para o setor produtivo, o que requer uma ampliação do escopo da norma constitucional, alcançando ciência, tecnologia e inovação, de modo a fundamentar as ações articuladas entre academia, entusiastas, setor produtivo e o poder público.

Com efeito da demanda por inovação, perde sentido a separação antes vislumbrada entre ciência básica e pesquisa tecnológica, pois diversas linhas de pesquisa têm potencial para desdobrar-se em novas soluções para o setor produtivo e para a própria administração pública. Tal constatação vislumbra as alterações propostas no texto constitucional com o objetivo de parear os ideais da constituição federal com a nossa respectiva em celebração aos princípios do paralelismo ou sincronismo constitucional inerente ao poder constituinte derivado decorrente.

Ademais as modificações na constituição estadual, criará oportunidades de integrar instituições de pesquisa tecnológica e empresas inovadoras em um sistema nacional, alcançando e cooperando com os demais entes políticos, como forma de aliar os esforços mútuos de financiamento e de coordenação do desenvolvimento tecnológico e das atividades de extensão tecnológica e inovadora.



Por fim, certo de estarmos contribuindo para o avanço de nosso estado contamos com a aquiescência dos demais pares deste poder para a subscrição desta proposta com o desiderato de após promulgada suta seus regulares efeitos em prol do avanço de nosso estado.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, aos  
16 (dezesseis) dias do mês de Fevereiro de 2016.

  
**VIRMONDES CRUVINEL**  
*Deputado Estadual – PSD*



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA



PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2016000331

Data Autuação: 16/02/2016

**Projeto :** 01 - EMENDA CONSTITUCIONAL  
**Origem:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
**Autor:** DEP. VIRMONDES CRUVINEL E OUTROS;  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** EMENDA CONSTITUCIONAL

**Assunto:**  
ALTERA E ADICIONA DISPOSITIVOS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL  
PARA ATUALIZAR O TRATAMENTO DAS ATIVIDADES DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.



2016000331

**Seção de Protocolo e Arquivo**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
O FÓRUM DA CIDADANIA



Deputado Estadual  
**Virmond**  
CRUVI  
Goiás bem representado



PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 03 DE 36 DE Virmond DE 2016

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST., JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
Em 16 / 02 / 2015  
*[Signature]*  
1º Secretário

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Estadual para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 19, §3º, da Constituição Estadual, promulga as seguintes Emendas ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos VIII e IX do art. 5º, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5º .....

VIII - *firmar acordos e convênios com a União e demais unidades federadas, com os Municípios e com instituições nacionais e internacionais, para fins de cooperação econômica, cultural, artística, científica, tecnológica e da inovação;*

IX - *contrair empréstimos externos e internos, fazer operações e celebrar acordos externos visando ao seu desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e inovação, cultural e artístico, com prévia autorização legislativa;"*

Art. 2º O inciso IV do art. 6º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º .....

IV - *proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e à tecnologia e inovação;"*

Art. 3º Acrescenta o inciso XX ao art. 153 com a seguinte redação:

"Art. 153 .....

XX - *incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação;"*

Art. 4º Acrescenta o §4º ao art. 158 com a seguinte redação:

*[Handwritten signature]*



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
O PODER DA CIDADANIA



Deputado Estadual  
**Virmond**  
CRUVINEL  
Goiás bem representado



“Art. 158.....

§ 4º *As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.*

Art. 5º Altera a denominação do Capítulo IV do Título VI e altera a redação do caput do art. 167, e de seus §1º, 2º e 3º e do caput do art. 168 e seu parágrafo único.

**CAPÍTULO IV**  
**DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO**

Art. 167 - *O Estado, visando ao bem-estar da população, promoverá e incentivará o desenvolvimento e a capacitação científica, tecnológica e a inovação, com prioridade à pesquisa e à difusão do conhecimento tecno-científico.*

§ 1º - *A política científica, tecnológica e a inovação tomará como princípios o respeito à vida e à saúde humana, o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e a recuperação do meio ambiente, bem como o respeito aos valores culturais do povo.*

§ 2º - *A pesquisa e a capacitação científica, tecnológica e da inovação voltar-se-ão preponderantemente para o desenvolvimento social e econômico do Estado.*

§ 3º *A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia e inovação, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos, e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.*

Art. 168 *Para execução da política de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, o Estado destinará recursos ao Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, nos termos do art. 158.*

Parágrafo único - *Lei complementar criará organismo constituído por representantes do Governo, das instituições de ensino superior e demais setores com interesse na área, para formular a política e as diretrizes de ciência, tecnologia e da inovação do Estado e de aplicação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.*

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, aos  
16 (dezesesseis) dias do mês de Fevereiro de 2016.

**VIRMONDES CRUVINEL**  
Deputado Estadual - PSD

Henrique AS  
Henrique

Valeman

Francisco  
Valeman

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Multiple handwritten signatures]*

Leandro  
*[Handwritten signature]*



## JUSTIFICATIVA

Atentos às proposições que buscam melhores soluções na perseguição do bom comum, vimos no ano de 2015 a promulgação da Emenda Constitucional nº 85 de 26 de fevereiro deste mesmo ano, que introduziu no texto da constituição federal a inovação, visando atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia em diversos dispositivos.

Nesse contexto, é prioritária a retomada do ímpeto da pesquisa e da criação de soluções tecnológicas adequadas a nossos desafios econômicos e sociais. Não podemos ficar ultrapassados nessa concepção.

Demais disso, é crescente a importância da inovação para o setor produtivo, o que requer uma ampliação do escopo da norma constitucional, alcançando ciência, tecnologia e inovação, de modo a fundamentar as ações articuladas entre academia, entusiastas, setor produtivo e o poder público.

Com efeito da demanda por inovação, perde sentido a separação antes vislumbrada entre ciência básica e pesquisa tecnológica, pois diversas linhas de pesquisa têm potencial para desdobrar-se em novas soluções para o setor produtivo e para a própria administração pública. Tal constatação vislumbra as alterações propostas no texto constitucional com o objetivo de parear os ideais da constituição federal com a nossa respectiva em celebração aos princípios do paralelismo ou sincronismo constitucional inerente ao poder constituinte derivado decorrente.

Ademais as modificações na constituição estadual, criará oportunidades de integrar instituições de pesquisa tecnológica e empresas inovadoras em um sistema nacional, alcançando e cooperando com os demais entes políticos, como forma de aliar os esforços mútuos de financiamento e de coordenação do desenvolvimento tecnológico e das atividades de extensão tecnológica e inovadora.



Por fim, certo de estarmos contribuindo para o avanço de nosso estado contamos com a aquiescência dos demais pares deste poder para a subscrição desta proposta com o desiderato de após promulgada suta seus regulares efeitos em prol do avanço de nosso estado.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, aos  
16 (dezesseis) dias do mês de Fevereiro de 2016.

  
**VIRMONDES CRUVINEL**  
*Deputado Estadual – PSD*



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) Ernesto Keller

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 12/04 /2016

Presidente: \_\_\_\_\_



PROCESSO N.º : 2016000331

INTERESSADO : DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL E OUTROS

ASSUNTO : Altera a Constituição Estadual para atualizar e acrescentar dispositivos sobre o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre proposta de emenda constitucional de autoria do ilustre Deputado Virmondes Cruvinel e outros, alterando a Constituição Estadual para atualizar e acrescentar dispositivos sobre o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A proposta atualiza o texto da Constituição Estadual em conformidade com a recente Emenda Constitucional Nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

A justificativa é no sentido de que a proposta de emenda constitucional atualizará a Constituição Estadual, sendo matéria prioritária para a retomada da pesquisa e criação de soluções tecnológicas adequadas a nossos desafios econômicos e sociais. Ademais, criará oportunidades de integrar instituições de pesquisa tecnológica e empresas inovadoras em um sistema nacional.

### **Essa é a síntese da presente propositura.**

Primeiramente, cumpre verificar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Constituição do Estado de Goiás para o regular processamento da presente proposta de emenda constitucional.

Consoante a fl. 03 dos autos, houve a assinatura de mais de 1/3 (um terço) dos Deputados Estaduais desta Casa, em atendimento ao art. 19, inciso I da Constituição do Estado de Goiás.

Também, não se trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na presente sessão legislativa, art. 19, § 5º da Constituição Estadual.

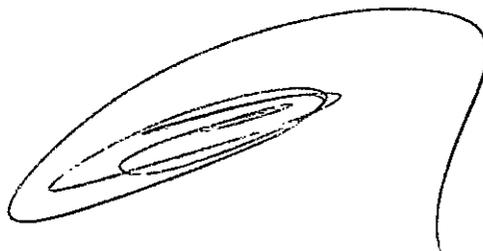
De igual forma, não se verifica vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, em obediência ao disposto no art. 19, § 1º da Carta Estadual.

Outrossim, da análise da presente proposta de emenda à Constituição não se vislumbra qualquer aspecto tendente a abolir a integração do Estado à federação brasileira, o voto direto, secreto universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais, respeitado, portanto, o art. 19, § 4º da Constituição Estadual.

Por fim, o art. 189 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás prevê que a proposta de emenda constitucional aguardará a apresentação de emendas por 10 (dez) sessões ordinárias do Plenário, prazo que foi devidamente cumprido.

**Superados os requisitos constitucionais preliminares para a apresentação de proposta de emenda constitucional, passa-se à análise dos aspectos constitucional, jurídico, legal e de técnica legislativa.**

Constata-se que a presente propositura refere-se à matéria relativa à ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. Portanto, insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal:



Art. 24. Compete à União, **aos Estados** e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino, desporto, **ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;**  
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Nesse sentido, quanto ao aspecto da competência legislativa, não resta óbice à presente proposta de emenda constitucional, já que na Constituição Federal estabeleceu a competência legislativa concorrente aos Estados Federados para legislar sobre o tema.

Ademais, a própria Constituição Federal estabeleceu como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa e à inovação<sup>1</sup>.

Diante de todo o exposto, o projeto *sub examine* merece prosperar, necessitando, entretantes, de alguns reparos relativos à técnica legislativa e de ordem constitucional.

Desta feita, com vistas ao aprimoramento da propositura, pede-se vênica ao autor para a apresentação do seguinte substitutivo:

**"SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL Nº 01, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.**

*Altera e adiciona dispositivos na  
Constituição Estadual para atualizar o  
tratamento das atividades de ciência,  
tecnologia e inovação.*

<sup>1</sup> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;  
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 19 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Estadual passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

.....  
VIII - firmar acordos e convênios com a União e demais unidades federadas, com os Municípios e com instituições nacionais e internacionais, para fins de cooperação econômica, cultural, artística, científica, tecnológica, pesquisa e inovação;

IX - contrair empréstimos externos e internos, fazer operações e celebrar acordos externos visando ao seu desenvolvimento nos aspectos econômico, científico, tecnológico, cultural e artístico, bem como de pesquisa e inovação, com prévia autorização legislativa;” (NR)

“Art. 6º .....

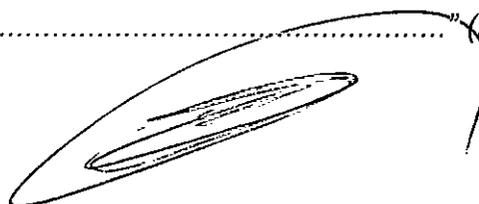
.....  
IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

.....” (NR)

“Art. 153.....

.....  
XX - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

.....” (NR)





*“Art. 158. O Estado aplicará, anualmente, no mínimo 28,25% (vinte e oito e vinte cinco centésimos por cento) da receita de impostos, incluída a proveniente de transferências, em educação, destinando pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamental e médio, e na educação profissional e, os 3,25% (três e vinte e cinco centésimos por cento) restantes, na execução de sua política de ciência, tecnologia e inovação, inclusive educação superior estadual, distribuídos conforme os seguintes critérios:*

.....  
.....  
*§ 6º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.*  
.....” (NR)

**“CAPÍTULO IV  
DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”**

*“Art. 167. O Estado, visando ao bem-estar da população, promoverá e incentivará o desenvolvimento e a capacitação científica, tecnológica e a inovação, com prioridade à pesquisa e à difusão do conhecimento técnico-científico.*

*§ 1º A política científica, tecnológica e de inovação tomará como princípios o respeito à vida e à saúde humana, o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e a recuperação do meio*



ambiente, bem como o respeito aos valores culturais do povo.

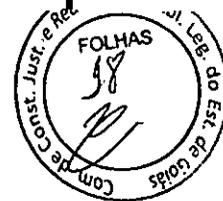
§ 2º A pesquisa e a capacitação científica, tecnológica e de inovação voltar-se-ão preponderantemente para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

§ 3º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia e inovação, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos, e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.” (NR)

“Art. 168. Para execução da política de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, o Estado destinará recursos ao Fundo Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos do art. 158.

Parágrafo único. Lei complementar criará organismo constituído por representantes do Governo, das instituições de ensino superior e demais setores com interesse na área, para formular a política e as diretrizes de ciência, tecnologia e inovação do Estado e de aplicação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”



Diante do exposto, desde que adotado o substitutivo apresentado, manifesta-se esta Relatoria pela **aprovação** da presente propositura.

**É o relatório.**

SALA DAS COMISSÕES, em *12* de *Abril* de 2016.

  
DEPUTADO ERNESTO ROLLER  
Relator



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATERIA.**

Processo Nº 331/16

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 09/08 / 2016.

Presidente:



# Diário da Assembleia



ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

ANO LXXVII

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2016

NUM.: 12.454

## ATO DA ASSEMBLEIA

PROCESSO N.º : 2016000331  
INTERESSADO : DEPUTADO VIRMONTES  
CRUVINEL E OUTROS  
ASSUNTO : Altera a Constituição Estadual  
para atualizar e acrescentar dispositivos sobre o  
tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia  
e Inovação.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre proposta de emenda constitucional de autoria do ilustre Deputado Virmontes Cruvinel e outros, alterando a Constituição Estadual para atualizar e acrescentar dispositivos sobre o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A proposta atualiza o texto da Constituição Estadual em conformidade com a recente Emenda Constitucional Nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

A justificativa é no sentido de que a proposta de emenda constitucional atualizará a Constituição Estadual, sendo matéria prioritária para a retomada da pesquisa e criação de soluções tecnológicas adequadas a nossos desafios econômicos e sociais. Ademais, criará oportunidades de integrar instituições de pesquisa tecnológica e empresas inovadoras em um sistema nacional.

### Essa é a síntese da presente propositura.

Primeiramente, cumpre verificar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Constituição do Estado de Goiás para o regular processamento da presente proposta de emenda constitucional.

Consoante a fl. 03 dos autos, houve a assinatura de mais de 1/3 (um terço) dos Deputados Estaduais desta Casa, em atendimento ao art. 19, inciso I da Constituição do Estado de Goiás.

Também, não se trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por

prejudicada na presente sessão legislativa, art. 19, § 5º da Constituição Estadual.

De igual forma, não se verifica vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, em obediência ao disposto no art. 19, § 1º da Carta Estadual.

Outrossim, da análise da presente proposta de emenda à Constituição não se vislumbra qualquer aspecto tendente a abolir a integração do Estado à federação brasileira, o voto direto, secreto universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais, respeitado, portanto, o art. 19, § 4º da Constituição Estadual.

Por fim, o art. 189 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás prevê que a proposta de emenda constitucional aguardará a apresentação de emendas por 10 (dez) sessões ordinárias do Plenário, prazo que foi devidamente cumprido.

**Superados os requisitos constitucionais preliminares** para a apresentação de proposta de emenda constitucional, **passa-se à análise dos aspectos constitucional, jurídico, legal e de técnica legislativa.**

Constata-se que a presente propositura refere-se à matéria relativa à ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. Portanto, insere-se na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal:

Art. 24. Compete à União, **aos Estados** e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino, desporto, **ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Nesse sentido, quanto ao aspecto da competência legislativa, não resta óbice à presente proposta de emenda constitucional, já que na Constituição Federal estabeleceu a competência legislativa concorrente aos Estados Federados para legislar sobre o tema.

Ademais, a própria Constituição Federal estabeleceu como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa e à inovação.

Diante de todo o exposto, o projeto sub examine merece prosperar, necessitando, entretanto, de alguns reparos relativos à técnica legislativa e de ordem constitucional.

Desta feita, com vistas ao aprimoramento da propositura, pede-se vênia ao autor para a apresentação do seguinte substitutivo:

**“SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 01, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Estadual para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 19 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Estadual passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º .....

VIII - firmar acordos e convênios com a União e demais unidades federadas, com os Municípios e com instituições nacionais e internacionais, para fins de cooperação econômica, cultural, artística, científica, tecnológica, pesquisa e inovação;

IX - contrair empréstimos externos e internos, fazer operações e celebrar acordos externos visando ao seu desenvolvimento nos aspectos econômico, científico, tecnológico, cultural e artístico, bem como de pesquisa e inovação, com prévia autorização legislativa;” (NR)

“Art. 6º .....

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

.....” (NR)

“Art. 153.....

.....

XX - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

.....” (NR)

“Art. 158. O Estado aplicará, anualmente, no mínimo 28,25% (vinte e oito e vinte cinco centésimos por cento) da receita de impostos, incluída a proveniente de transferências, em educação, destinando pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamental e médio, e na educação profissional e, os 3,25% (três e vinte e cinco centésimos por cento) restantes, na execução de sua política de ciência, tecnologia e inovação, inclusive educação superior estadual, distribuídos conforme os seguintes critérios:

.....

.....

§ 6º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

.....” (NR)

#### **“ CAPÍTULO IV DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”**

“Art. 167. O Estado, visando ao bem-estar da população, promoverá e incentivará o desenvolvimento e a capacitação científica, tecnológica e a inovação, com prioridade à pesquisa e à difusão do conhecimento técnico-científico.

§ 1º A política científica, tecnológica e de inovação tomará como princípios o respeito à vida e à saúde humana, o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e a recuperação do meio ambiente, bem como o respeito aos valores culturais do povo.

§ 2º A pesquisa e a capacitação científica, tecnológica e de inovação voltar-se-ão preponderantemente para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

§ 3º A lei apoiará e estimulará as empresas



que invistam em pesquisa, criação de tecnologia e inovação, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos, e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho." (NR)

"Art. 168. Para execução da política de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, o Estado destinará recursos ao Fundo Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos do art. 158.

Parágrafo único. Lei complementar criará organismo constituído por representantes do Governo, das instituições de ensino superior e demais setores com interesse na área, para formular a política e as diretrizes de ciência, tecnologia e inovação do Estado e de aplicação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação."

Diante do exposto, desde que adotado o substitutivo apresentado, manifesta-se esta Relatoria pela **aprovação** da presente propositura.

**É o relatório.**

SALADAS COMISSÕES, em 12 de Abril de 2016.

**DEPUTADO ERNESTO ROLLER**  
Relator

#### RELAÇÃO DOS DEPUTADOS

ADIB ELIAS  
ÁLVARO GUIMARÃES  
BRUNO PEIXOTO  
CARLOS ANTONIO  
CHARLES BENTO  
CLÁUDIO MEIRELLES  
DELEGADA ADRIANA ACCORSI  
DIEGO SORGATTO  
DR. ANTONIO  
ELIANE PINHEIRO  
ERNESTO ROLLER  
FRANCISCO JR.  
FRANCISCO OLIVEIRA  
GUSTAVO SEBBA  
HELIO DE SOUSA  
HENRIQUE ARANTES

HUMBERTO AIDAR  
ISAURA LEMOS  
ISO MOREIRA  
JEAN  
JOSÉ NELTO  
JOSÉ VITTI  
JÚLIO DA RETÍFICA  
LINCOLN TEJOTA  
LISSAUER VIEIRA  
LUCAS CALIL  
LUIS CESAR BUENO  
MAJOR ARAÚJO  
MANOEL DE OLIVEIRA  
MARLÚCIO PEREIRA  
MARQUINHO PALMERSTON  
NÉDIO LEITE  
PAULO CEZAR  
RENATO DE CASTRO  
SANTANA GOMES  
SÉRGIO BRAVO  
SIMEYZON SILVEIRA  
TALLES BARRETO  
VALCENÔR BRAZ  
VIRMONDES CRUVINEL  
ZÉ ANTONIO

#### MESA DIRETORA

Deputado HELIO DE SOUSA  
- PRESIDENTE -

Deputado HENRIQUE ARANTES  
- 1º SECRETÁRIO -

Deputado MARQUINHO PALMERSTON  
- 2º SECRETÁRIO -

Deputado NÉDIO LEITE  
- 1º VICE-PRESIDENTE -

Deputado LINCOLN TEJOTA  
- 2º VICE-PRESIDENTE -

Deputado HUMBERTO AIDAR  
- 3º SECRETÁRIO -

Deputado PAULO CEZAR  
- 4º SECRETÁRIO -

BIÊNIO 2015/2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DE GOIÁS



**ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Goiânia, 31 de janeiro de 2019.

De acordo com o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

**RUBENS BUENO SARDINHA DA COSTA**  
Diretor Parlamentar

603  
R

PROCESSO N.º : 2016000331  
INTERESSADO : DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL E OUTROS  
ASSUNTO : Altera a Constituição Estadual para atualizar e acrescentar dispositivos sobre o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**EMENDA EM PLENÁRIO**

*[Faint, illegible text, possibly a stamp or header]*

**EMENDA MODIFICATIVA:** o art. 158 constante do substitutivo passa ter a seguinte redação:

“Art. 158. ....

§ 6º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.”

**JUSTIFICATIVA:** Adequação à técnica legislativa.

É a emenda que temos a apresentar, a qual pedimos

destaque.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2019.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Deputado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

EMENDADO QUE FOI, ENCAMINHA-  
SE O PROCESSO A COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Em 10/05/2013

*Adalberto*

1º Secretário